

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

De acordo com várias denúncias que chegaram ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, há famílias que no presente mês de março não receberam o valor correspondente ao abono de família, ou que apenas o receberam parcialmente, porque estão a ser imputadas dívidas, por parte da do Instituto da Segurança Social (ISS), aos beneficiários que podem ir dos 18€ aos 1000€. Segundo a informação publicada no site do ISS, no dia 3 de março de 2023, estes valores não devem ser considerados, uma vez que têm origem num erro de natureza técnica.

Na audição regimental realizada no dia 7 de março de 2023, o Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, questionado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, quis tranquilizar as famílias e informou que se trata efetivamente de um erro técnico, fazendo alusão à mencionada informação publicada no site ISS, no entanto não adiantou em que data o problema vai ser resolvido, nem quando serão pagos os valores incorretamente retidos pelo ISS.

A situação criada pelo ISS é inaceitável. Facto é que estas famílias estão privadas de uma prestação social, atribuída mensalmente, com o objetivo de compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. Mais, existem situações em que, não só o valor do abono não foi recebido, como ficou em aberto o valor remanescente da dívida imputada erradamente pelo ISS.

Neste contexto em que assistimos a um aumento exponencial do custo de vida, em que existe uma perda real de rendimentos, a falta de pagamento ou redução do abono de família tem implicações sérias para a subsistência de famílias que se assume contornos ainda mais graves quando falamos de famílias monoparentais ou mais numerosas.

Chegaram ainda ao conhecimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda situações nas quais o pagamento da garantia para infância está a ser deduzido ao valor das majorações relativas ao abono de família. Foram enviadas pelos beneficiários várias comunicações a pedir esclarecimentos ao ISS, sem qualquer resposta até data, tendo sido inclusive sido enviada uma

exposição à Provedoria de Justiça.

É urgente retificar e esclarecer estas situações, uma vez que a causa já se encontra identificada e é da responsabilidade exclusiva do ISS. O Governo tem, pois, particular responsabilidade e dever de atuação sobre esta matéria, cabendo-lhe garantir rapidamente, através de todos os meios disponíveis pelo exercício da tutela, o pagamento retroativo dos valores em falta, sob pena de serem causados graves prejuízos às famílias.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, as seguintes perguntas:

1. Que medidas estão a ser tomadas pelo Governo, através do ISS, com vista a garantir a retificação destas situações que estão a causar graves prejuízos às famílias?
2. Em que prazo será realizado o pagamento retroativo dos valores do abono de família que erradamente foram retidos pelo ISS?
3. Que medidas está o Governo adotar, para que, por parte do ISS, sejam prestados os esclarecimentos referentes ao pagamento da garantia para infância e não pagamento das majorações do abono de família? Em que prazo será realizado o pagamento retroativo dos valores que encontrarem em falta?

Palácio de São Bento, 10 de março de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)